

## **Sobre o uso dos jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica**

### **The use of newspapers as historical sources – a methodological synthesis**

JOSÉ D'ASSUNÇÃO BARROS

jose.d.assun@globomail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0000-0002-3974-0263>

Texto recebido em / Text submitted on: 06/08/2020

Texto aprovado em / Text approved on: 29/06/2021

#### *Abstract*

The article discusses the use of newspapers as historical sources, and intends to propose a set of procedures applicable to the historiographic analysis of this type of sources. The exemplifications – with a view to illustrating each of the aspects that were before discussed in a theoretical perspective – focuses on Brazil at the beginning of the 19th century, in which newspapers had mainly a political purpose and still dealt with short runs, usually commanded by a small group of people. Meanwhile, the most typical situation of other moments in the history of the Press, such as those in which we already have a network of markets and newspapers start to deal with greater circulation, is also addressed. The purpose of the article is in line with a methodological discussion on this type of historical source, which is the newspaper.

Keywords: Newspapers; Press; Methodology; Historical Sources; Historiography.

#### *Resumo*

O artigo aborda o uso dos jornais como fontes históricas, e tem a intenção de propor um conjunto de procedimentos aplicáveis à análise historiográfica deste tipo de fontes. A exemplificação – com vista a ilustrar cada um dos aspectos que foi discutido em uma perspectiva teórica – incide sobre o Brasil do princípio do século XIX, no qual os jornais tinham principalmente um propósito político e lidavam ainda com pequenas tiragens, habitualmente comandadas por um pequeno grupo de pessoas. Entrementes, é abordada ainda a situação mais típica de outros momentos na história da Imprensa, como aqueles em que já temos uma rede de mercados e os jornais passam a lidar com maiores tiragens. O propósito do artigo sintoniza-se com uma discussão metodológica sobre este tipo de fonte histórica que é o jornal.

Palavras-chave: Jornais; Imprensa; Metodologia; Fontes Históricas; Historiografia.

### **Periódicos: forma impressa, periodicidade e disponibilização pública**

Os jornais são objetos que estiveram muito presentes na vida urbana nos últimos três séculos. Há quatro décadas, os historiadores começaram a se aproximar cada vez mais deles como um tipo mais específico de fonte histórica, capaz de oferecer inúmeras informações, discursos e indícios para a análise das sociedades que os produziram e dos meios nos quais eles circularam. Para vislumbrar todas as potencialidades e desafios que os jornais apresentam aos historiadores como fontes históricas, devemos ultrapassar o senso comum e essa sensação de franca familiaridade que os habitantes das cidades modernas têm em relação a estes meios de comunicação e de produção de discursos que habitam a nossa vida diária e já fazem parte da paisagem urbana desde os três últimos séculos. Para ter de fato um ponto de vista historiográfico sobre os jornais, é preciso compreender mais a fundo o que eles são no seu dia a dia, no mundo da cultura, no interior da sociedade que os gera e reatualiza como uma forma específica de comunicação, informação, poder e instrumento de sociabilidade. Para tal propósito, algumas perguntas já se colocam à partida. Que tipo de objeto é um jornal? Que finalidades cumpre? Que práticas a ele se filiam? A que demandas atende? Como afeta a vida dos homens e mulheres em sociedade e na sua vida particular?

Antes de mais nada, este ‘meio de comunicação’, ‘instrumento produtor de discursos’ e ‘produto cultural’ destinado à leitura – tão típico da idade moderna e contemporânea – deve ser adequadamente incluído no grupo mais amplo dos ‘periódicos’ – categoria que também inclui outras modalidades de publicações, como os boletins, almanaques, catálogos e revistas. Estas últimas, diga-se de passagem, rivalizam em importância com os jornais diários, constituindo ambos os principais modelos básicos de periódicos dos quais, de alguma maneira, todos os outros derivam ou se aproximam<sup>1</sup>. Os periódicos são, efetivamente, todos aqueles tipos de publicação impressa que são postos a circular, publicamente, com algum tipo de periodicidade, seja esta diária, semanal, anual ou qualquer outra. Se serão vendidos ou distribuídos livremente, e se serão expostos em bancas de jornal ou disponibilizados em circuitos mais específicos, isto ainda não importa muito para que esta e aquela publicação possam ser classificáveis

---

<sup>1</sup> O preço um pouco mais elevado, a regularidade mais espaçada de sua publicação, o tipo de papel, o formato mais similar ao dos livros, a encadernação com capa, e a possibilidade de uma maior especialização para certos tipos de leitores (nos casos em que não temos a abrangência temática típica da ‘revista de variedades’) costumam ser indicados como aspectos que podem demarcar bem o objeto-revista em relação ao objeto-jornal. Quanto mais adentramos o século XX, este contraste tende a se reforçar.

como periódicos. O essencial – as características matriciais que definem os periódicos – está na ‘periodicidade’ e ‘forma impressa’, embora com a recente era digital tenham surgido novos modos de divulgação integral ou parcial para os periódicos, muitas vezes complementares ao modelo impresso. Ao lado disso, é oportuno lembrar que, para além da ‘forma impressa’ e ‘periodicidade’, a ‘publicização’ – ou a disponibilização a algum tipo de público – constitui a terceira característica essencial dos periódicos<sup>2</sup>.

A relação do tipo de periódico com cada um destes aspectos – o formato ou materialidade da ‘forma impressa’, o ritmo de disponibilização que define a ‘periodicidade’, e o modo ou abrangência da ‘publicização’ – permite compreender a combinação de fatores que define a diversidade de periódicos disponíveis nos tempos modernos. Mencionei atrás, como exemplos iniciais, os jornais, revistas, boletins, almanaques e catálogos, que são modelos de periódicos mais relacionados com os formatos, ou ainda com o tipo de periodicidade que rege sua publicização. Se considerarmos a abrangência e os tipos de públicos a que se destinam, ou outros aspectos como as finalidades de cada tipo de publicação, poderemos chegar a uma considerável variedade de publicações que unem a forma impressa, a periodicidade e a publicização. Há periódicos que atendem quase que exclusivamente a finalidades publicitárias, a exemplo dos catálogos de produtos disponibilizados com regularidade pela indústria ou pelo comércio para informação dos consumidores e vendedores. E há também publicações que, ao contrário dos jornais diários ou das revistas que são vendidas nas bancas de jornal para um número mais abrangente de indivíduos, são relacionadas a instituições muito específicas, tais como os sindicatos, associações de moradores, institutos profissionais ou científicos, museus, clubes e grêmios recreativos. Por fim, teríamos ainda os periódicos voltados para grupos sociais e culturais mais singulares, tais como os dos praticantes de determinado hobby ou esporte, os publicados por grupos demarcados por certas identidades étnicas, bem como os ligados aos movimentos sociais de todos os tipos. Da informação à cultura, entretenimento, representação de classe ou congregação política, as finalidades e ambientes dos periódicos se multiplicam. Considerando a sua importância cultural, social e mercadológica, as revistas de histórias em quadrinhos (HQs), para dar um último exemplo significativo, já constituem um grande e especial gênero de periódicos que desenvolveu uma linguagem

---

<sup>2</sup> Deste modo, um balanço periódico de uma empresa, direcionado para funcionários específicos em vista da realização de determinado trabalho, não deve ser caracterizado como um periódico, o que vale igualmente para outros relatórios deste tipo. O periódico se oferece à leitura de um certo público; não é a ele imposto.

própria, constituindo também uma nova forma de expressão artística e uma indústria específica, a qual terminou por ensinar, a partir da última metade do século XX, um diálogo importante com o Cinema<sup>3</sup>.

Conforme podemos ver, ao lado das publicações relacionadas mais propriamente à Grande e Média Imprensa – em especial os jornais diários e as revistas – é possível entrever uma rede bastante diversificada de publicações periódicas que procuram atender aos mais variados segmentos de leitores e às mais diversificadas finalidades. Também são múltiplos os ambientes sociais ou culturais nos quais cada um destes tipos de periódicos pode circular, e os modos como eles podem ser disponibilizados ao seu público ou segmento de população. Neste artigo, apenas exemplificativo, vamos nos limitar ao caso dos jornais diários e sua possibilidade de uso como fonte histórica pelos historiadores. Procuraremos considerar, à partida, um quadro mais geral de aspectos que são típicos dos jornais e que, a princípio, podem ser evocados conforme o esquema abaixo.

Quadro 1 – Oito características essenciais dos jornais<sup>4</sup>.



<sup>3</sup> Para uma aproximação da linguagem dos quadrinhos, cf. Will Eisner, *Quadrinhos e Arte Sequencial*, São Paulo, Martins Fontes, 1999 [original: 1985]. Uma *História das Histórias em Quadrinhos*, até meados dos anos 1980, pode ser encontrada em Álvaro Moya, *História das histórias em quadrinhos*, Porto Alegre, L&PM, 1986.

<sup>4</sup> Este e todos os quadros expostos a seguir foram elaborados pelo autor deste artigo.

Contemporaneamente – além de serem de fato instrumentos de produção de discurso que agem na sociedade de muitas maneiras – os jornais constituem um ‘meio de comunicação’ voltado para a captação das massas ou de segmentos ao menos significativos da população, com a capacidade de abranger uma diversidade de assuntos de interesse público, embora também exista uma margem relevante de jornais direcionados para setores mais específicos da população ou para grupos muito restritos, assim como jornais especializados em aspectos singulares como a economia, ciência, humor ou esporte. Esta tendência a abranger assuntos e âmbitos diversos, e, mais particularmente, a alternância e complementaridade que se dão entre o aspecto ‘noticioso / informativo’ dos jornais e os ‘textos de opinião’ neles presentes – estes já pertencentes declaradamente à ordem dos discursos – unem-se às duas já comentadas características centrais dos jornais: a periodicidade e o largo alcance. Para além destes aspectos essenciais, já nem mencionaremos o mais óbvio: o fato de que os jornais apoiam-se necessariamente em uma base discursiva textual-imagética, e de que materialmente são constituídos por cadernos de papel e por caracteres gráficos neles impressos. Foi com vista à elaboração de uma síntese adequada que, no quadro anterior, registramos alguns dos principais aspectos inerentes aos jornais, particularmente no mundo contemporâneo.

Deve-se notar que, no início de nosso empenho em definir o que são os jornais, utilizei a expressão ‘meio de comunicação’. Frequentemente, podemos nos deparar com a referência de que os jornais constituem um ‘meio de informação’, o que não deixa de ser também verdade. Todavia, a face ‘meio de comunicação’ costuma se sobrepor, nos jornais, à face ‘meio de informação’, principalmente aos olhos dos historiadores e sociólogos. Isto ocorre porque os jornais não transmitem apenas informações. Eles também comunicam ideias e valores, e através destas ideias e valores buscam agir sobre a sociedade, além de representarem certos interesses – não necessariamente um único setor de interesses, mas sim um campo de interesses no interior do qual diversos fatores interagem. O fato de ser um ‘meio de comunicação’ interfere na função jornalística de se propor a ser um ‘meio de informação’, e este aspecto precisa ter uma centralidade na análise dos historiadores. A informação transmitida pelos jornais mescla-se com a elaboração de um discurso, com a comunicação de valores e ideias, com os projetos de agir sobre a sociedade, com a necessidade de interagir com fatores políticos e econômicos.

Voltemos, neste instante, à síntese das características que conformam os jornais como uma modalidade específica de periódicos e como uma forma singular de mídia, além de transformá-lo em uma possibilidade muito peculiar de fonte histórica. Tão importante quanto compreender a ‘periodicidade’ e

‘abrangência’ de assuntos e público leitor que são típicas dos jornais diários, para os objetivos da análise historiográfica é fundamental compreender ainda que um jornal não é formado por um único texto, mas sim por um conjunto de textos. Para evocar esta característica, utilizaremos a expressão ‘polifonia de textos’. Assim, se uma carta ou qualquer outro tipo de correspondência conforma um único texto – o que também ocorre com outros tipos de fontes como o livro autoral, o diário, e inúmeros documentos de arquivos como os testamentos, as certidões, e assim por diante – temos no jornal um conjunto articulado de textos distribuídos em diferentes seções e escritos por uma variedade de autores e redatores.

Este aspecto, que ajuda a definir o jornal como uma ‘produção multiautoral’ – ainda que nem todos os autores dos textos jornalísticos sejam nomeados – faz dos jornais modernos um tipo de fonte na qual a regra é a alternância de muitas vozes e diferentes agentes discursivos. Assim, um determinado jornal pode responder por um único nome – *O Jornal do Brasil*, *The Times* ou *Le Monde* – e em torno deste nome pode-se apresentar uma certa identidade e estilo dominante, ou predominar uma tendência menos ou mais bem definida de posicionamentos políticos; mas cada nova edição deste jornal abriga de fato uma diversidade considerável de autores, ocultos ou não. Lidar com uma fonte multiautoral, como no caso dos jornais diários, é diferente de lidar com uma fonte mono-autoral, como a correspondência, a obra literária ou o relatório administrativo. O fato de que os jornais se dirigem a um universo amplo e diversificado de leitores também os distingue de outras fontes que podem ser constituídas pelos historiadores. Em uma carta privada, por exemplo, temos um único autor que se dirige a um único leitor. E em um diário temos um autor que se dirige a si mesmo. Mas nos jornais temos um certo número de autores que se dirigem a muitos e muitos leitores. Mesmo que haja em cada grande jornal uma bem definida linha editorial que busca constituir uma identidade e congregar autores parecidos em alguns aspectos, não é possível desprezar o fato de que, por trás de cada jornal, existe uma pequena diversidade de homens e mulheres que lhe dão vida. Por fim, a ‘periodicidade’ – a mais saliente característica dos jornais e de outras fontes similares – permite-nos contrastá-los com todos os tipos de fontes que se apresentam como textos únicos e singularizados. Podemos considerar a série de obras literárias produzidas por um grande romancista, ou uma série de livros escritos sobre determinado assunto em certo ano, mas estas são operações historiográficas que não estão dadas previamente ao momento em que o historiador define o seu objeto de estudos ou o seu universo de fontes. Dito de outro modo, é o próprio historiador quem coloca obras literárias de qualquer tipo em uma série,

como procedimento útil para a sua análise. Um livro, é um livro – ainda que o juntemos a outros nas prateleiras de uma estante, ou no corpus documental que será abordado pelo historiador.

Os jornais, por outro lado, já nascem como uma série que se estende ao longo do tempo. Podem ter uma existência menos ou mais extensa entre o seu nascimento e o seu desaparecimento, e pode ocorrer mesmo o caso de jornais que não ultrapassaram as duas ou três primeiras edições; não obstante, a intenção de se criar um jornal, ou qualquer outro periódico, implica propor a sua continuidade no tempo através de edições-exemplares que pretendem se suceder uma à outra, de acordo com um ritmo ditado pelo seu padrão de periodicidade (o jornal diário, semanal, ou mesmo mensal). Para nós, historiadores, isso é importante porque, através dos sucessivos exemplares periódicos de um mesmo jornal, encadeia-se uma história que precede a operação historiográfica. Precisamos sempre nos aproximar desta história, pois não faz muito sentido analisar uma edição de um jornal separada das outras que a precederam, a não ser como fonte de reforço para alguma informação mais específica. Mesmo que nos concentremos na edição que veio a público em determinado dia, o olhar para trás, para a série de edições anteriores, é incontornável para a análise historiográfica de um jornal. Por fim, o ‘efeito de realidade’ que está envolvido no conteúdo de um jornal é outro aspecto fundamental. Tanto quanto um cronista ou viajante que pretende fazer com que seu público acredite em tudo o que está dito no seu relato de viagens, ou quanto o funcionário ou o general que produz os seus relatórios acerca de uma ação cumprida – ou mesmo o hagiógrafo que pretende convencer a sua plateia de crentes acerca da santidade e dos milagres de seu biografado – os jornais também abrigam discursos que se pretendem apresentar como verdadeiros. A não ser que seja um jornal de cunho humorístico, a imagem que todo jornal projeta de si na sociedade é a de que ele é um veículo de comunicação e informação comprometido com a verdade. Dificilmente um jornal conseguiria estabelecer um vínculo efetivo com o seu leitor se este acreditasse que o jornal em questão pretende desinformá-lo ou distorcer a realidade propositalmente.

Neste ponto, chamo atenção para um ponto importante. Muito habitualmente utilizamos a palavra “jornal” para nos referirmos ao Jornal como instituição – a empresa que produz jornais (exemplares de jornais) e os vende ao seu universo de leitores compradores – e usamos a mesma palavra ‘jornal’ para nos referirmos a este caderno que agrega um conjunto de textos e que tem uma forma e materialidade definidas, constituindo um objeto cultural de consumo, normalmente descartável. Assim, há o “Jornal” ‘instituição’, e há o ‘exemplar’ ou a ‘edição’ do “jornal” – sendo estas edições de um jornal, aliás, as que depois



se transformam em fontes aos olhos do historiador. Usar a palavra jornal para a empresa ou instituição que produz jornais, e usá-la para estes exemplares editados, é inevitável. Entretanto, precisamos distinguir bem quando estamos empregando a palavra em um sentido ou outro. Parece um truísmo dizer isto, mas um Jornal produz jornais. Posto isto, avancemos em uma compreensão mais bem definida sobre o que é uma empresa ou indústria jornalística, e sobre o que é um jornal como objeto cultural, material, gráfico, informacional e mercadológico, para que depois também possamos compreendê-lo como objeto discursivo, político e ideológico.

### **Máquinas, Papel e Leitores: os aspectos materiais e sua finalidade humana**

Os aperfeiçoamentos na tecnologia da impressão permitiram que os jornais assegurassem um patamar cada vez maior para a sua tiragem de exemplares, de modo a atender a igualmente crescente demanda de leitores nas sociedades modernas. Já nas últimas décadas do século XIX, o principal jornal inglês havia alcançado a casa dos 300.000 exemplares para cada tiragem diária<sup>5</sup>. São muito elevados os números de leitores a serem atingidos pelos textos jornalísticos, e isto já traz uma primeira marca de especificidade a este tipo de fontes, quando as comparamos com fontes de recepção mais modesta. Dado o poder de penetração dos jornais nos vários segmentos sociais de uma população, este meio de comunicação se transforma por isso mesmo em um poderoso ator político nas sociedades contemporâneas.

Com relação ao tipo de suporte, habituamo-nos a pensar nos jornais sob a sua forma impressa, embora hoje já sejam comuns os jornais virtuais, e a televisão também tenha possibilitado a emergência dos telejornais. Para períodos anteriores à modernidade, os historiadores também têm conseguido surpreender outras experiências culturais de comunicação e informação que envolveram a publicação periódica – até mesmo em civilizações antigas – o que se dava através de outros meios como a escrita em murais ou a circulação de manuscritos. Todavia, o que realmente possibilitou o surgimento dos jornais propriamente ditos foi a invenção da imprensa. Seu florescimento, entretanto, precisou aguardar o anfiteatro das sociedades industriais europeias, pois foi

---

<sup>5</sup> Trata-se do *Daily Telegraph*, jornal fundado em Londres em 1855 e que existe até aos dias de hoje. Sobre isto ver Renato Ortiz, *A Moderna Tradição Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 24.



necessário que às novas possibilidades tecnológicas de impressão se juntasse o processo exponencial de crescimento da alfabetização ocorrido neste período, e também se verificassem melhorias no desenvolvimento da indústria do papel<sup>6</sup>. Máquinas de impressão, seres humanos letrados e papel: eis aqui o tripé sobre o qual se assenta a produção massiva de jornais. Eventualmente, cada um destes apoios se entrelaça ao outro. Assim, ainda no que concerne às características mais gerais dos jornais, devemos salientar a sua necessidade de se garantir um baixo custo para o consumidor, o que terminou por condicionar também a materialidade do exemplar impresso, no caso através do amplo predomínio da utilização de um tipo de papel reciclável que ficou conhecido como “papel-impressão”<sup>7</sup>.

Barato, periódico, socialmente penetrante, formador de um hábito de consumo, fácil de manusear e descartável – o jornal rapidamente ganhou as massas, armou-se de suas máquinas e se revestiu de seus papéis, pronto a se tornar parte do cotidiano da vida cidadina e um dos seus símbolos mais imediatos. Comprar jornais para lê-los, ou espiar a sua primeira página de notícias mesmo que no exemplar fixado à porta de uma redação ou na banca de jornal, tornou-se um hábito para um grande número de habitantes das cidades. Depois: comentar suas notícias; acreditar nelas, comover-se com o que dizem, temer as suas consequências, encher-se de alguma esperança ou simplesmente assistir, nos diversos textos articulados de um jornal, à passagem da vida em todos os seus aspectos: a política, a vida, a morte exposta nos obituários, a compra e venda anunciada nos classificados, as notícias sobre o país e o mundo, a expectativa da guerra e paz, a sensualidade e o crime, o humor das charges, o gol e a notícia inesperada. Todas estas coisas trazidas pelo jornal, sob a forma de diversão, esperança, medo ou angústia, tornaram-se parte da vida moderna. Também por isso, os historiadores não podem ignorar as fontes periódicas. Nos parágrafos a seguir, nossa intenção será a de sistematizar um conjunto de aspectos que necessitam ser considerados quando nos aproximamos dos jornais como fontes históricas.

---

<sup>6</sup> A primeira publicação impressa periódica, com regularidade semanal, surgiu na Antuérpia em 1605, com o *Nieuwe Tijdinghen*. No mesmo ano, Johann Carolus (1575-1634) lançou o impresso germânico *Relation aller Fürnemmen und gedenckwürdigen Historien*, sendo este voltado para a divulgação muito específica de informações comerciais. Já em Paris, um periódico importante surgiria em 1631, com a *Gazette de France*.

<sup>7</sup> O papel de imprensa, que também passou a ser conhecido como “papel-jornal” ao passar a ser utilizado amplamente nos jornais contemporâneos, apresenta uma textura espessa e áspera. Pode ser obtido a partir de fibras recicladas e de pedaços de madeira residuais derivados da fabricação de móveis.

### **Sobre o que considerar na análise de jornais como fontes históricas**

Os jornais têm sido mais sistematicamente utilizados como fontes históricas pelo menos a partir da década de 1980. Na mesma medida em que surgiram trabalhos que tomam os jornais como fontes históricas, têm surgido artigos que procuram discorrer ou sintetizar procedimentos sobre como utilizar os jornais como fontes históricas<sup>8</sup>. Nossa intenção é contribuir para este debate. De alguma maneira, algumas das observações que desenvolvemos a seguir, embora não todas, também são possivelmente válidas para outros tipos de periódicos – como por exemplo as revistas – de modo que algumas de nossas observações também poderão ser aplicadas às revistas e a uma variedade de outros tipos de impressos, para além dos próprios jornais diários ou de quaisquer outros ritmos de periodicidade. Também traremos alguns exemplos para os vários aspectos evocados, abordando exemplificativamente os jornais que surgiram nos quinze primeiros anos da História do Brasil (ver Quadro 3).

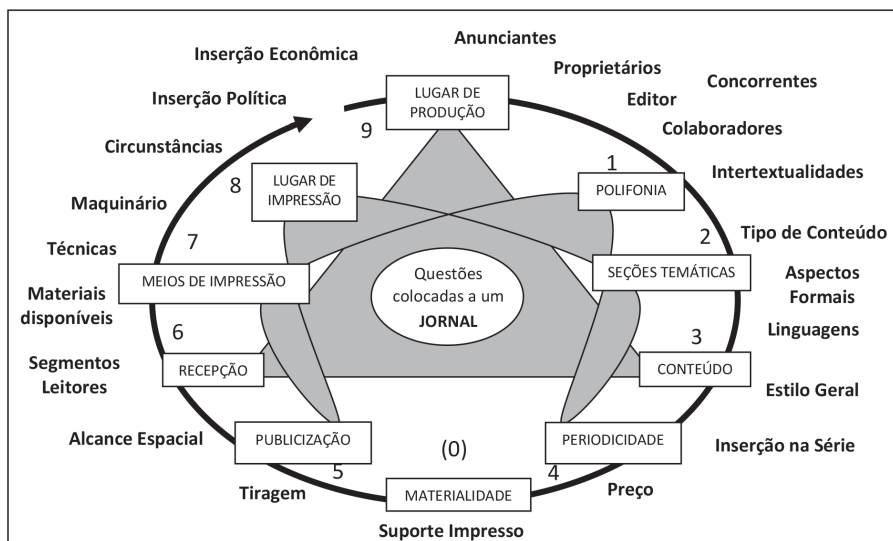
O esquema complexo que registramos em seguida (Quadro 2) indica uma diversidade de itens que devem ser considerados pelos historiadores que se proponham a utilizar, como fontes históricas, os jornais ou mesmo outros tipos de periódicos. Os algarismos colocados no círculo central, antepostos a alguns itens de maior destaque, são apenas recursos para melhor localizar os aspectos que sinalizaremos. Não indicam nem pressupõem hierarquia ou importância maior de uns em relação a outros, de

---

<sup>8</sup> Entre estudos importantes sobre o uso de jornais como fontes históricas, indicamos: Tânia Regina de Luca, “História dos, nos, e por meio dos periódicos” in M. L. Pinsky (org.), *Fontes Históricas*, São Paulo, Contexto, 2005, p. 111-153; Juracy Cavalcante, “O Jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional”, *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação*, Natal, 3 a 6 de novembro de 2002, p. 26-28; Márcia Janete Espig, “O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado”, *Estudos Ibero-Americanos*, vol.24, n°2 (1998); Jean-Pierre Rioux, “Entre História e Jornalismo” in Agnes Chaveau (org.), *Questões para a história do presente*, São Paulo, EDUSC, 1999. Sobre a História da Imprensa no Brasil, cf. Tania de Luca e Ana Luiza Martins Luiza (orgs), *História da Imprensa no Brasil*, São Paulo, Contexto, 2008; Maria Helena Capelato, *Imprensa e História do Brasil*, São Paulo, Contexto/EDUSP, 1988; Paulo Duarte, *História da Imprensa em São Paulo*, São Paulo, USP – Escola de Comunicação e Artes, 1972; Maria Nazareth Ferreira, *A Imprensa Operária no Brasil (1880-1920)*, Petrópolis, Editora Vozes, 1978; Marco Morel e Mariana M. de Barros, *Palavra, Imagem e Poder – o surgimento da Imprensa no Brasil do século XIX*, Rio de Janeiro, DP&A; Lucia M. B. Neves (org.), *Livros e Impressos – retratos do setecentos e do oitocentos*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 2009; Lúcia Neves, Marco Morel e T. M. Ferreira, *História e Imprensa: Repercussões Culturais e Práticas de Poder*, Rio de Janeiro, DP&A, 2006.

modo que, de acordo com o esquema proposto, todos os aspectos sugeridos devem ser considerados em algum momento pelo historiador que aborda a fonte periódica. Os dez itens enquadrados pelos retângulos, em caixa alta, constituem aspectos centrais, e os itens que os circundam, em caixa baixa e em negrito, são aspectos deles derivados ou que se situam entre dois ou mais itens. Neste esquema visual, podemos partir de qualquer lugar, pois nenhum item precede o outro em importância ou como pré-requisito, já que todos interferem uns nos outros.

Quadro 2 – Aspectos a serem considerados na análise historiográfica de jornais.



Iniciemos nossa reflexão sobre o esquema proposto. Podemos observar na parte inferior do quadro os três retângulos relativos aos aspectos que são essenciais a todo e qualquer periódico (e não apenas jornais): publicação (5), periodicidade (4) e materialidade (0). Esta última instância, obviamente, deve ser definida – ao menos no âmbito da ampla maioria de periódicos conhecidos – pelo suporte em papel impresso, a não ser que pensemos em aproximar do gênero histórico dos periódicos também as revistas e jornais que já nasceram digitais no período contemporâneo mais recente. Os tempos recentes, a partir das últimas décadas, trouxeram ao cenário dos periódicos a possibilidade de publicações digitais. Para estes casos, obviamente o aspecto ‘materialidade’ torna-se inoperante, e pode ser substituído por algum outro aspecto relacionado

à virtualidade que o define. Mas nossas reflexões, neste artigo, irão se concentrar nos periódicos que precedem a revolução digital, ou que prosseguem com o modelo de publicação material mesmo na era digital.

Os periódicos tradicionais são ou foram feitos – por artesanal ou industrial que seja o seu processo de produção – no suporte ‘papel e tinta’. Mas que tipo de papel? Qual o tamanho e formato das folhas? Qual o modo de encadernação? Há alguns padrões mais habituais, que permitem tomar como modelo aproximativo os jornais de formato tradicional e as revistas – oscilando desta maneira entre o caderno de folhas sem capa, no primeiro caso, e o formato mais próximo ao do livro, no segundo<sup>9</sup>. Todavia, o universo de todos os periódicos tradicionais produzidos até hoje também oferece aos historiadores muita variedade de cor, textura de papel, tamanhos de página, modos de impressão, estilos gráficos, maior ou menor quantidade de páginas. Ao lado desta grande variedade bem ou mal acomodada aos modelos materiais mais habituais de periódicos, deve-se lembrar, ainda, que há pelo menos um subgênero de jornal que é definido pelo seu próprio formato: o tablóide<sup>10</sup>.

Além dos seus aspectos materiais, todo periódico – jornal, revista, catálogo, boletim, ou outro – possui uma ‘periodicidade’ que pode ser diária (como os jornais matutinos de hoje em dia), mas também semanal, mensal,

---

<sup>9</sup> Nada impede que outros formatos se apresentem em casos específicos, embaralhando a materialidade mais habitual dos jornais em seu contraste com as revistas. Tania de Luca registra estes comentários sobre o formato e materialidade do *Correio Brasiliense*, jornal não autorizado fundado no Brasil joanino em 1808: “O leitor acostumado aos matutinos atuais talvez se surpreenda com o formato, mais próximo de um livro, com o número de páginas que podia chegar a 150, com a extensão dos artigos, que se prolongavam por vários números, e com a divisão interna da matéria, que podia incluir as seguintes seções: política, comércio e artes; literatura e ciência; miscelânea e correspondência. Há mesmo dúvidas a respeito da melhor maneira de caracterizar *O Correio*, não faltando aqueles que consideram mais apropriado denominá-lo revista” (Tânia Regina de Luca, “História dos, nos, e por meio dos periódicos” in M. L. Pinski (org.), *Fontes Históricas*, São Paulo, Contexto, 2005, p. 131).

<sup>10</sup> O tablóide, surgido na Londres de meados do século XX, é um modelo de jornal que apresenta como formato padrão a página de aproximadamente 43 por 28 centímetros. De designação utilizada para um formato de jornal, a palavra terminou por classificar, em certos casos, um tipo de jornalismo mais específico. Para o caso da Grã-Bretanha, é comum a referência aos tablóides sensacionalistas ingleses, alguns deles dedicados a divulgar escândalos e aspectos da vida privada de celebridades do meio artístico ou mesmo da Família Real Inglesa. Também não tem sido nada incomum, em relação a certos tablóides sensacionalistas, a acusação de que eles não hesitam em falsificar algumas de suas notícias, prenunciando as *fake news*.

anual, ou em qualquer outro ritmo de recorrência<sup>11</sup>. A periodicidade, por outro lado, também insere cada nova edição de um jornal no interior de uma série que já vem constituída por todos os outros números anteriores e subsequentes daquele jornal ou periódico. Analisar um jornal, como já veremos, também implica, em algum momento, analisar a série, situá-lo no interior de um conjunto maior que permite melhor compreendê-lo. As notícias que são expostas em um periódico – digamos: uma matéria que veio a público na edição específica de um certo jornal, datada de certo dia – não estão simplesmente isoladas, mas fazem parte de um conjunto maior, submetido a um ritmo.

Dentro da série de jornais, que se sucedem dia a dia, devemos procurar também as séries de notícias e matérias correlatas. Há séries historiográficas – séries constituídas pelo próprio historiador – a serem operadas dentro da série de edições de um jornal. Digamos que estamos diante de uma notícia sobre as manifestações políticas de rua. Uma notícia em um jornal, datado de certo dia, é apenas um elo em uma série maior. Mesmo que o objetivo seja analisar aquele dia específico – ou o posicionamento do jornal acerca das passeatas políticas naquele dia específico – não podemos extraí-lo, sem perda de sentido, do posicionamento do mesmo periódico com relação aos demais acontecimentos correlatos, relacionados à série de manifestações, ou suas consequências, que ocorreram nos outros dias. Ao fazer isto, podemos reinserir a notícia analisada em um contexto maior, que a justifica e lhe completa o sentido de alguma maneira, o que permite inclusive compreender a notícia isolada publicada na edição de um jornal datado como uma continuidade, um acontecimento surpreendente ou uma reviravolta. Combinar ‘série’ e ‘periodicidade’ revela aspectos antes menos evidentes, mas imprescindíveis. Qualquer periódico, é necessariamente publicizado de alguma maneira (6). Desta maneira, a este ou àquele periódico devemos fazer algumas perguntas importantes relacionadas a esta ‘publicização’: será ele vendido em todas,

---

<sup>11</sup> As duas primeiras gazetas legais publicadas no Brasil – a *Gazeta do Rio de Janeiro*, instituída pela Corte em 1808, e a *Idade d’Ouro do Brasil* – esta última concedida para um comerciante baiano e lançada em Salvador no dia 14 de maio de 1811 – estabilizaram-se em um ritmo de publicação a dois dias na semana. Já *O Correio Brasiliense*, o primeiro jornal identitariamente brasileiro, era posto a circular mensalmente, sendo digno de nota o fato de que foi publicado sem interrupções e com invejável pontualidade. Depois disso, aparecem no ano de liberação da imprensa, em 1821, muitos jornais de opinião que se inseriram no debate a favor da independência ou do vínculo com Portugal, notando-se em alguns deles uma periodicidade de ritmo irregular. Com relação à periodicidade diária na imprensa brasileira, esta começa a ser mais recorrente com a virada para o século XX.

ou pelo menos em algumas bancas de jornal?<sup>12</sup> Ou será distribuído em outros circuitos de sociabilidade, com ou sem custo? Ou, quem sabe, não teríamos naquele terceiro periódico, de modo distinto, um catálogo disponibilizado para o visitante de algum museu?

Para prosseguir falando sobre a ‘materialidade’, e agora mais especificamente para o caso dos jornais, esta pode ser definida por folhas dispostas em cadernos, interferidas por uma escrita obtida a partir da tecnologia tipográfica, em muitos casos mesclada ao acompanhamento de imagens que podem ir das caricaturas às fotografias, se estivermos nesta fase da história da imprensa. De igual maneira, o conjunto material de todos os exemplares do jornal produzidos em série industrial, em um mesmo dia, implica uma ‘tiragem’ que precisa ser muito bem conhecida pelo historiador. A tiragem de um periódico ajuda a compreender a abrangência da sua ‘recepção’, assim como o seu preço talvez nos dê indicações acerca da inserção de seus segmentos de leitores em certos circuitos socioeconômicos. A tiragem de um jornal podia alcançar dezenas ou centenas de leitores nos primeiros séculos da Imprensa jornalística, ou milhares e milhões de exemplares no século XX<sup>13</sup>. Nos países europeus, este salto chega mesmo antes.

Tiragem e preço conservam entre si certa relação: o incremento de um barateia o outro. Inversamente, o preço mais elevado de um jornal implica a necessidade de um maior poder aquisitivo de seu leitor, e isso acarreta em redução do segmento de população que pode assimilá-lo nas suas despesas diárias ou semanais. O valor de um exemplar de periódico tem muito a dizer, aos historiadores, acerca dos seus tipos leitores pagantes – ainda que uma variedade de práticas de leitura e transmissão oral possibilite pensar que não só os leitores-compradores de um jornal são, a qualquer tempo, os únicos que podem ter acesso ao seu conteúdo. De qualquer modo, o ‘preço’, se existe, precisa ser conhecido pelo analista de periódicos como um índice importante. É preciso apreender o preço e desde já considerá-lo historiograficamente,

---

<sup>12</sup> Nas grandes cidades brasileiras, as bancas de jornal começam a aparecer a partir de 1910. Antes disto, os periódicos eram vendidos por garotos que trabalhavam como gazeteiros, e que anunciavam suas principais notícias nas próprias ruas para atrair compradores. O caixote, à maneira dos vendedores ambulantes, também era muito utilizado. Com as bancas de jornal, hoje tão presentes nas paisagens urbanas, surge um novo tipo de estabelecimento comercial.

<sup>13</sup> No início do século XX, em uma cidade do Rio de Janeiro que já ultrapassara os 620.000 habitantes, o *Jornal do Brasil* já possuía uma tiragem de 60.000 exemplares por dia. Essa relação entre a tiragem e a população local é importante para que se tenha efetivamente uma compreensão adequada acerca do impacto do jornal na sociedade à qual ele atende.

no âmbito de uma economia e na baliza de um custo de vida. É preciso definir, por exemplo, o que representava para um comprador comum os 80 réis fixados como preço para as duas primeiras gazetas legais publicadas no Brasil, ou os 100 réis fixados para o exemplar avulso de diversos jornais do Rio de Janeiro na virada do século XX<sup>14</sup>. É oportuno lembrar, ainda sobre a tiragem, que esta sempre mantém alguma relação com indicações acerca do letramento de uma população. Se as tiragens se ampliaram na passagem da primeira modernidade para a segunda (século XIX), e daí para a terceira (século XX), é porque isso se tornou possível devido à redução da margem de analfabetismo na população de diversos países europeus e das três Américas, bem como de outros continentes. A tiragem de um jornal – em uma economia de mercado capitalista – é de algum modo o produto de uma relação dialética entre as condições materiais e objetivas que a viabilizam (maquinário, papel, trabalhadores inseridos em um sistema de trabalho) e uma capacidade leitora definida por um nível de alfabetização alcançado historicamente nas praças nas quais o jornal é posto a correr.

Prosseguindo com o nosso esquema complexo, no triângulo maior que pode ser entrevisto ao fundo da imagem, temos três vértices em destaque, situando fatores que são fundamentais para a compreensão dos periódicos de qualquer tipo: o ‘Lugar de Produção’ (9), a ‘Recepção’ (6), o ‘Conteúdo’ (3). Cada qual destes aspectos envolve muitos outros<sup>15</sup>. O ‘Lugar de Produção’ – um aspecto que na verdade deve ser pensado para qualquer tipo de fonte histórica – envolve um entremeado de fatores para o caso dos jornais. Talvez haja um ‘proprietário’ ou mais (ou, quiçá, um grupo de investidores). O proprietário

---

<sup>14</sup> 80 réis era o preço da *Gazeta do Rio de Janeiro*, posta a correr pela Imprensa Régia desde 1808, e também da *Idade d’Ouro do Brasil*, publicada em Salvador em 1811. Este também foi o preço do *Espelho*, publicado entre 1821 e 1823. Já na virada do século XX, encontramos alguns jornais – como o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã*, *O Paiz* e a *Gazeta de Notícias* – a 100 réis, valor que correspondia a uma passagem de bonde. Para os periódicos deste último período, ver a tabela de preços e tiragens elaborada por Marialva Barbosa, *História Cultural da Imprensa, Brasil (1800-1900)*, Rio de Janeiro, Mauad, 2010, p. 124. Sobre a *Gazeta do Rio de Janeiro*, cf. Maria Beatriz Nizza da Silva, *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822) – Cultura e Sociedade*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 2007.

<sup>15</sup> Para o caso dos jornais, Pierre Albert preferia categorizar o lugar de produção, o conteúdo e o lugar de recepção como três lugares ou campos de análise que deveriam interessar ao pesquisador: o “atrás”, o “dentro” e o “em frente” ao jornal (Pierre Albert, “Comment étudier un journal?”, *Cahier Français*, n° 178 (1976), p.48-52). O “atrás” é o campo que intervém para a realização, e que aqui chamaremos de ‘lugar de produção’. O “dentro” corresponde a tudo o que se relaciona à forma/conteúdo. O “em frente” se relaciona ao público-leitor. Cfe. esta discussão em Renée Barata Zicman, “História através da Imprensa – algumas considerações metodológicas”, *Projeto-História*, n°4, p. 92-93.



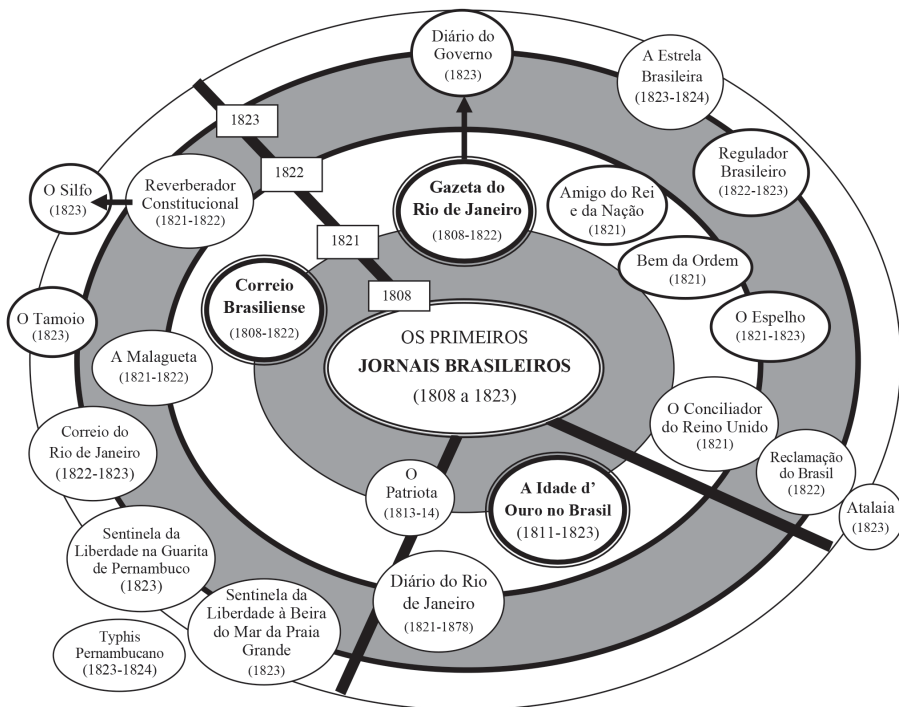
ou possuidor da licença para imprimir pode ou não coincidir com o ‘editor’<sup>16</sup>. À medida que os jornais crescem e se industrializam, amplia-se também a sua equipe de produção, e surgem editores-chefes para cada bancada de assuntos mais específicos. Ao lado destes, há ou pode haver uma equipe ou rede de parcerias estabelecida por um certo número de ‘colaboradores’ que oferecem a sua contribuição autoral ao periódico, seja esta assumida nominalmente por se tratar de um escritor ou jornalista conhecido, seja diluída no texto de autoria coletiva do qual participam os repórteres comuns. Cada um destes autores possui suas próprias ligações políticas, assim como o jornal, como um todo, também possui a sua conexão política mais geral, quase podendo ser considerado uma grande entidade para certos casos.

Para entender a ideia de ‘lugar de produção’, vamos evocar como exemplo o primeiro jornal brasileiro: o *Correio Brasiliense*, publicado em 1808 e circulante até 1822. Seu lugar de produção mais geral é demarcado pelo Brasil do período joanino – uma sociedade que se vira transformada pela transferência da Família Real portuguesa para a Cidade do Rio de Janeiro, trazendo uma série de progressos típicos da modernidade (inclusive uma Imprensa Régia), mas que, até 1821, seguia com o cerceamento à impressão. Uma típica gazeta, de cunho informativo – a *Gazeta do Rio de Janeiro* – não demoraria a ser criada para atender aos objetivos e demandas da Corte, mas também ela estaria sujeita aos ditames da censura prévia. O contexto internacional era o das lutas napoleônicas, e foi neste quadro histórico e circunstancial que Hipólito da Costa (1774-1823), um português exilado em Londres, resolve de lá editar aquele que seria o primeiro jornal brasileiro. Para compreendermos a posição deste jornal pioneiro na história da imprensa do Brasil, vamos situá-lo em comparação com outros que logo surgiriam na mesma época, entre a instalação da Imprensa Régia em 1808 e as duas décadas seguintes. O ‘Quadro 3’ registra os principais jornais brasileiros que surgiram ou circularam entre 1808 e 1823 – ou seja, entre a chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1808 – no contexto de fuga da corte portuguesa para a sua Colônia na América do Sul diante da invasão e intervenção napoleônica no território europeu do Império Português – e o ano de 1823, já imediatamente após a proclamação da Independência do Brasil em 1822.

---

<sup>16</sup> Esse é o caso do primeiro jornal brasileiro legalizado, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, instituída pela Coroa em 1808. O lugar do proprietário é ocupado pela Coroa; o editor, chamado pela documentação de “redator”, variou conforme sucessivas nomeações. O primeiro foi Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838).

Quadro 3 – Rede de jornais publicados no Brasil nos 15 anos após a instalação da Imprensa Régia.



No centro do quadro proposto podemos ver os primeiros jornais que foram fundados na América portuguesa, e à medida que avançamos para a periferia da figura podemos ver a passagem do tempo nos quinze anos que se seguiram, assistindo à fundação de diversos jornais que demarcam o início da história da imprensa no Brasil. Para a questão que nos interessa, vamos considerar o jornal *Correio Brasiliense*, este peculiar jornal que, embora impresso em Londres, atenderia um público leitor sediado na América Portuguesa.

Voltando ao que comentávamos sobre os aspectos que precisam ser considerados na análise de um jornal como fonte histórica, podemos considerar à partida que um autor ou produtor de textos faz parte do lugar de produção da fonte, com tudo aquilo que a envolve. Visando esta premissa básica, devemos considerar inicialmente que Hipólito da Costa, produtor-editor do *Correio Braziliense*, era um português-brasiliense nascido na Colônia do Sacramento em 1774, que terminou por residir em Londres na maior parte de sua vida. Às vésperas da fundação do jornal que dirigiria até o ano de sua morte (1823),

ele havia acabado de fugir da prisão e da perseguição imposta pela Inquisição portuguesa por causa de suas ideias ilustradas – as quais incluíam o anti-absolutismo e a crítica à Igreja – e, sobretudo, por causa de seu pertencimento e intenso envolvimento com a ordem maçônica. O fato de ter sido maçom, para o período considerado, é uma informação particularmente importante. A Maçonaria era uma sociedade secreta muito forte na época, e que estendia sua rede de solidariedade aos seus membros. Parte da Imprensa era produto dela, e também parte dos líderes políticos.

No ‘Quadro 2’, podemos atentar agora para o item ‘intertextualidades’ – um fator igualmente importante para a análise de jornais como fontes históricas. Nós o situamos, no esquema proposto, próximo ao ‘lugar de produção’, e a continuidade da exposição de dados sobre Hipólito da Costa ajudará a compreender este aspecto. Os diálogos estabelecidos com outros também ajudam a definir o indivíduo que se coloca no lugar de produção de um jornal. No caso de Hipólito da Costa, este tinha contactos importantes com alguns dos libertadores de países vizinhos ao Brasil, entre eles Francisco Miranda (1750-1816), Simón Bolívar (1783-1830) e José de San Martín (1778-1850). Os três eram maçons, o que reforça mais uma vez o pertencimento de Hipólito da Costa a esta sociedade secreta. Além de integrado à rede maçônica, Hipólito da Costa apresentava-se no mundo das ideias políticas como parlamentarista e constitucionalista, sendo favorável à participação popular, mas desde que limitada à liderança liberal. Por volta do período em que fundou o jornal, estava particularmente entusiasmado com a sociedade estadunidense de sua época, na qual vivera durante dois anos, e também com a Inglaterra, que o acolhera no exílio. Considerava Portugal um país muito atrasado em comparação com estes dois países, e isto transparece em seus textos críticos inseridos no jornal que fundara.

Nem sempre é tão fácil traçar o perfil de um editor ou colaborador de periódico. Os seres humanos, como se sabe, são por vezes ambíguos. Continuemos na mesma época de formação da Imprensa brasileira, e passemos da esquerda para a direita do ‘Quadro 3’, de modo a examinar alguns dos outros jornais que foram fundados no mesmo período. Vejamos, no quadro proposto, a seção na qual estão localizados os jornais governistas ou conservadores. Na parte inferior direta do quadro, vemos três jornais enfileirados, com datas em sequência: o *Conciliador do Reino Unido* (1821), a *Reclamação do Brasil* (1822) e o *Atalaia* (1823). Cada um destes jornais durou um ano, e todos são produtos da iniciativa e trabalho jornalístico de um único homem: José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. Para compreendermos cada um dos três jornais citados, teríamos de situar o personagem fundador no seu lugar

de produção. O Visconde de Cairu, entretanto, era um ator político bastante ambíguo. Economicamente, era um liberal cujas ações contribuíram para o decreto que normatizou a abertura dos portos. Politicamente, entretanto, era um conservador, e este perfil motivou Dom João VI a escolhê-lo como o primeiro censor. A história da censura acompanha a história da imprensa, e não foi diferente para o caso brasileiro. A instituição da Imprensa Régia vinha acompanhada da instituição da censura; a aparição do jornalista no cenário político e cultural brasileiro vinha acompanhada do seu tão odiado coadjuvante – o censor. No entanto, as duas funções encontraram guarida neste personagem ambíguo que foi o Visconde de Cairu. Como compreendê-lo? Os três jornais que editou, um depois do outro, eram francamente conservadores. No entanto, uma parte da historiografia especializada na história da imprensa brasileira atribui ao Visconde de Cairu a possibilidade de ter sido o autor de um panfleto sem autoria explícita chamado *O Despertador Brasiliense*, que veio a lume em dezembro de 1821<sup>17</sup>. Este texto revolucionário, à maneira dos inúmeros panfletos que foram publicados na França do período revolucionário, chamava a si um movimento político e social que preconizava a permanência de Dom Pedro I no Brasil, contrariando as instruções que ele recebera do movimento liberal do Porto (1820) para retornar a Portugal, como primeira medida de um processo que ameaçava fazer a antiga colônia da América portuguesa recuar da posição que acabara de alcançar como Vice-Reino, de modo a retroceder para o nível mais primário de colônia<sup>18</sup>. O resto da história é conhecido: “digam ao povo que fico”, seguido do grito da Independência.

Temos dois comentários a respeito deste panfleto que aparecia no cenário jornalístico com o título de *Despertador Brasiliense*. O primeiro é que ele atesta mais uma vez o oscilante conjunto de ambiguidades que demarcam a figura do Visconde de Cairu, e, portanto, o ‘lugar de produção’ do jornal *O Conciliador do Reino Unido* e seus dois sucedâneos. Liberal, mas diretor da Censura; fundador

---

<sup>17</sup> A autoria do *Despertador Brasiliense* também é alternativamente discutida de acordo com a suposição de que seu autor tenha sido o desembargador Francisco de Franca Miranda. Essa é a proposta de Nelson Werneck Sodré em sua *História da Imprensa no Brasil*, que também considera o panfleto como um jornal que não saiu da primeira edição (1999, p. 59-60) [original: 1966]. Já Isabel Lustosa propõe que o texto seja classificado como panfleto, e o atribui a José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu (Isabel Lustosa, *O Nascimento da Imprensa Brasileira*, Rio de Janeiro, Zahar, 2003, p. 25).

<sup>18</sup> O próprio retorno de Dom João VI a Portugal já havia sido uma primeira imposição da Revolução Liberal do Porto. O rei de Portugal resolvera deixar Dom Pedro no Brasil, o que foi uma medida sábia. Na sequência, entretanto, exigia-se agora também o retorno de Dom Pedro I, e foi deste quadro de tensões que sairia o movimento que culminou com o Fico (campanha para a permanência de Dom Pedro), e finalmente com o processo de Independência do Brasil.

de três dos jornais conservadores do período situado entre 1821 e 1823, mas possível autor anônimo de um panfleto incendiário que se situou como uma contribuição decisiva para o enfrentamento do domínio português no Brasil – o Visconde de Cairu era um personagem pleno de ambiguidades.

O segundo comentário proporciona a possibilidade de discutir os gêneros jornalísticos. Um jornal (ou qualquer outro periódico) precisa ter aparições recorrentes, isto é *periodicidade*. Um jornal passa a ser constituído de uma série de vários números que adquirem uma periodicidade de algum tipo. Não são raros os jornais que não passam do seu primeiro número, embora a intenção do seu fundador tenha sido a de fundar uma futura série que deveria ser regulada com periodicidade de modo a conformar o que se espera, efetivamente, de um jornal. Um panfleto, por outro lado, é um texto isolado, sem a intenção da recorrência. Quando um panfleto possui um título impactante, como o *Despertador Brasiliense* (um título eminentemente jornalístico), ele pode facilmente se transformar em um jornal – ou em uma ‘folha’ – se lhe acrescentarmos a recorrência e a periodicidade. Sobretudo para o período da história da imprensa no qual os jornais eram menos demarcados pela complexidade, e nem sempre sulcados pelos limites entre as diferentes seções temáticas, o panfleto está a um passo de se transformar em um jornal. Também pode se tornar panfleto o jornal falhado – o jornal que tinha intenção de lançar-se como série e como recorrência periódica, mas que ficou estancado no seu primeiro número.

Vamos prosseguir com os comentários relacionados ao lugar de produção da fonte periódica, e logo voltaremos aos exemplos relacionados ao século XIX. O aspecto a seguir não afetava tanto o *Correio Brasiliense*, de Hipólito da Costa, ou tampouco os jornais que foram criados e mantidos pelo Visconde de Cairu. Todavia, o tópico é particularmente importante para os jornais do século XX. Não era o caso dos periódicos oitocentistas, mas quanto mais adentramos o século XX – no qual os jornais afirmam-se crescentemente como empresas industriais voltadas para a cultura de massas – afirma-se uma inserção econômica a considerar, o que inclui a relação do jornal com os ‘anunciantes’, bem como a posição do periódico no interior da rede formada por ele e outros jornais que lhe são concorrentes. Estes jornais disputam, menos ou mais avidamente, setores mais específicos de um público-leitor, os quais configuram o elemento mais exposto da sua ‘recepção’ (6).

Para compreender este lugar de recepção adequadamente, devemos pensar nos tipos de leitores que têm acesso ao jornal – situando-os em sua condição social, econômica, política, cultural – entendendo que o jornal também pode disputar com outros diferentes faixas de público. O ‘alcance espacial’ – geográfico, mas também relativo aos espaços de sociabilidade – também precisa

ser indagado. Sobre o alcance propriamente dito, será o território nacional? Um estado da federação? Talvez um município? Há alcance internacional? Sobre os espaços de sociabilidade, em quais deles o periódico circula?

O ‘lugar de impressão’ (8) de um jornal não deve ser confundido com o seu ‘lugar de produção’ (este que é, principalmente, um lugar social, político, econômico cultural, autoral, inserido na sociedade em uma dimensão mais ampla). O lugar em que o jornal é impresso pode se situar bem distante da localização física do seu público receptor ou do seu universo principal de identificação. Retornemos ao exemplo do *Correio Brasiliense*. Este jornal crítico em relação ao absolutismo da Coroa portuguesa, que fora fundado em 1808 por um cidadão exilado do império português, o qual se identificava particularmente com o Brasil (tratava-se, portanto, de um “brasiliense”), era impresso em Londres. Deste modo, Brasil e Portugal aparecem entremeados no lugar de produção deste periódico, e a Inglaterra pode ser referida como o seu ‘lugar de impressão’. Em termos semióticos, o lugar de produção de uma fonte está relacionado ao ‘lugar de produção’ de um texto – um lugar não necessariamente físico, embora também possa sê-lo – e o ‘lugar de impressão’ deve ser mais associado ao ‘lugar de emissão’ do discurso.

No caso que presentemente utilizamos para exemplo, esta necessidade de imprimir este jornal de princípios do século XIX em algum lugar fora dos limites territoriais do Império Português, e em uma nação europeia dominante como a Inglaterra, atendia certamente às ‘circunstâncias’ demarcadas pela imposição da censura prévia às colônias portuguesas, bem como pela oficialidade da recém-fundada Imprensa Régia e pelo rigoroso controle da Corte sobre os periódicos com pretensões de circulação no Brasil. Entrementes, este deslocamento do ‘lugar de impressão’ para um país de grande nível de industrialização, considerando a época, também se justificava em vista da necessidade de se utilizar do eficaz maquinário inglês e dos ‘meios de produção’ (7) da Imprensa londrina<sup>19</sup>.

Avancemos mais no universo de aspectos arrolados pelo ‘Quadro 9’. Quando pensamos no Conteúdo (3) – aspecto assinalado no vértice inferior direito do triângulo – devemos ter em vista fatores como o ‘estilo geral’ do

---

<sup>19</sup> Se quisermos outro exemplo de deslocamento do ‘lugar de impressão’ em relação ao espaço simbólico e social atendido pelo jornal, podemos lembrar a publicação, em 1824, de um número extraordinário do jornal *A Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande*, dirigido por José Estevão Grondona, um jornalista italiano estabelecido no Brasil desde 1817. Fugido da perseguição a políticos e jornalistas de oposição imposta pelo governo de Dom Pedro I após a dissolução da Assembleia Constituinte em 12 de novembro de 1823, Grondona resolveu publicar um número extraordinário do seu jornal em Buenos Aires, ainda no ano seguinte.

jornal. Para um jornal de qualquer época, podemos nos perguntar: era um jornal informativo? Opinativo? Doutrinário? Com um estilo combativo? Outros aspectos também devem ser considerados, recolocadores de novas questões. Que ‘linguagens’ mobilizava, além da escrita? Apresentava fotografias, e, mais propriamente, algum tipo de fotojornalismo? Trazia tirinhas de quadrinhos ou charges em alguma de suas seções? Ocasionalmente, podem ser importantes outras questões. Entre os artigos assinados e as matérias anônimas que remetem à autoria coletiva, há no jornal o uso de pseudônimos? O que esta presença de textos assinados por nomes falsos, ou de outros com indicação apócrifa, indica ao historiador? Pensar nas seções diversificadas de um jornal é pensar simultaneamente nos seus ‘aspectos formais’, nas estratégias discursivas e no tipo de linguagem mobilizada por cada uma destas seções. Também podemos nos perguntar que espécie de conteúdo mais específico demarca cada uma de suas ‘seções temáticas’ (2). São definidas sessões específicas para a política, para a economia, para o crime, para aspectos relacionados à cultura, ao entretenimento, moda ou esporte? Há uma seção de classificados, e um obituário? As seções de um jornal dizem muito aos historiadores: podem ser tratadas como um conjunto mais amplo, que envolve as suas relações mútuas, ou podem ser abordadas separadamente, se o problema histórico que se tem em vista permitir.

A questão da ‘polifonia’ (1) mostra-se fundamental para o caso dos jornais, principalmente à medida que adentramos o século XX. Passamos aqui a uma polifonia de alta intensidade, e não podemos mais ver o jornal senão como um empreendimento coletivo, multi-autoral. Ficam para trás os jornais produzidos por dois ou mesmo um só homem, às vezes em condições muito restritas – como a cela de uma cadeia<sup>20</sup> – e entramos no mundo já descrito das salas de redação que apresentam uma divisão de trabalho desdobrada em funções diversificadas e organizada a partir de uma hierarquia interna com muitas subdivisões. Se os jornais de uma primeira fase da história da imprensa já apresentavam um nível considerável de polifonia – ainda que de baixa intensidade – já é uma polifonia de alta intensidade a que temos com os jornais industrializados e voltados para um público leitor massivo, agora dotados de uma rede de muitos

---

<sup>20</sup> Na primeira fase da história da imprensa brasileira, encontramos alguns editores que produziram edições de seus jornais da cadeia. Cipriano Barata publicou alguns dos números de sua *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* a partir das prisões que o confinaram, e chamava atenção para isto através de longos títulos como *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco Atacada e Presa na Fortaleza do Brum por Ordem da Força Armada e Reunida*. Na mesma época, João Soares Lisboa editou um *Correio Extraordinário do Rio de Janeiro* de sua cela em uma cadeia, e a indicava como endereço para leitores que quisessem subscrever o jornal.



colaboradores e também se valendo de processos de autoria coletiva capazes de produzir um texto a muitas mãos. Adicionalmente, talvez esta polifonia comporte intertextualidades com outros jornais, ou haja ainda correspondentes estrangeiros a serem considerados<sup>21</sup>.

Por fim, resta considerar a rede de jornais concorrentes, geradora de um singular dialogismo que também não pode ser ignorado. Conforme já foi discutido, dois periódicos podem ocupar posições distintas em uma rede de periódicos contemporâneos. Mais uma vez cito o caso do *Correio Brasiliense*, um dos dois primeiros jornais do Brasil oitocentista. Opositor em relação à Coroa, este periódico situa-se no contrapeso político da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que era o jornal oficial estritamente controlado pela Corte e diretamente submetido a uma censura prévia que já não afetava o seu opositor, impresso na maquinaria londrina desde 1808 e redigido na Inglaterra.

Este, concluímos, é um panorama das possibilidades de questões que podem ser colocadas pelos historiadores aos jornais – ou aos periódicos de maneira mais geral, sopesadas as características de cada gênero e subgênero. Algumas delas também são questões que se colocam a outros tipos de fontes históricas, sejam as textuais de vários tipos, ou mesmo relativas ou outros tipos de suportes. Por fim, é importante frisar que existem ainda – o que é mais importante – as questões definidas pelo tema ou problema em estudo. Pode-se estudar, por exemplo, a posição ou ‘oscilação de posições’ do jornal em relação a um tema, questão ou acontecimento. O tema pode funcionar como fator de busca no conjunto de matérias já publicadas pelo jornal e, a partir daí, é que tudo começa no que concerne à análise propriamente dita.

---

<sup>21</sup> As gazetas do Antigo Regime, por exemplo, costumavam inserir em suas edições periódicas alguns textos traduzidos de outros jornais. Isso ocorria, por exemplo, na *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficioso da Corte portuguesa no período de sua estadia no Brasil, a partir de 1808 e até à declaração da Independência. Já no âmbito dos jornais do mesmo período que eram críticos em relação à monarquia, tínhamos o *Correio do Rio de Janeiro*, dirigido por João Soares Cabral entre 1822 e 1823, que publicitou em algumas oportunidades artigos enviados de Pernambuco por Cipriano Barata e textos apócrifos da lavra de Frei Caneca – dois insurgentes que, respectivamente, tinham seus próprios jornais: *A Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, e o jornal semanal *Typhis Pernambucano*, circulante entre 1823 e 1824.

(Página deixada propositadamente em branco)